

NOS TRILHOS DA DEMOCRACIA: o ensino de Geografia na formação cidadã

Diogo Jordão
diogojordao@id.uff.br

Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor de Geografia da Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9149-6472>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do ensino de Geografia na formação cidadã. Inicialmente, por meio de pesquisa bibliográfica, foram discutidas as contribuições da ciência geográfica e do seu ensino para o debate em torno da efetivação da cidadania. Posteriormente, foi apresentado e discutido o projeto de ensino “Nos trilhos da Democracia”, que objetivou analisar e solucionar os problemas urbanos locais mediante a participação política dos alunos do C.E. Nelson Pereira Rebel, localizado em Campos dos Goytacazes/RJ. A pesquisa evidencia o potencial da escola como espaço de formação cidadã e a importância da Geografia Escolar nesse processo. O território se apresenta como um componente central - não como uma ilustração do conteúdo, mas um princípio para o desenvolvimento de práticas de educação para a democracia. Muito mais do que aprender sobre direitos e deveres, ou ainda sobre o funcionamento da organização político-administrativa do Brasil, é essencial que os alunos protagonizem ações de investigação e intervenção no território, compreendendo que a participação é a base de uma democracia efetiva.

PALAVRAS-CHAVE

Geografia, Ensino, Cidadania, Território.

IN THE TRACKS OF DEMOCRACY: geography teaching in citizen's formation

ABSTRACT

This paper has the objective of analyzing the role of Geography in citizen's formation. Firstly, through bibliographical research, we discussed the contributions of geographical science and its teaching to debate about the establishment of citizenship. After that, we presented and discussed the teaching project "In the tracks of Democracy", which aimed to analyze and solve local urban problems, by the political participation of the students from C.E. Nelson Pereira Rebel, located at the Campos dos Goytacazes/RJ. The research confirms the school's potential as a local to form citizens and confirms the importance of School Geography in this process. The territory presents itself as a main character - it would not be an illustration of content, but a principle to develop educational practices for democracy. Much more than learn about rights and duties, or the political-administrative organization, it is crucial that the students create and start investigation and intervention actions in the territory, understanding that the participation is the key to an effective democracy.

KEYWORDS

Geography, Teaching, Citizenship, Territory.

Introdução

A garantia dos direitos que proporcionam uma vida digna se constitui como um problema político e necessita da participação do indivíduo na construção da cidadania. Isso requer que ele se perceba como cidadão portador de direitos e deveres, que conheça os mecanismos para garantir e efetivar a sua cidadania, assim como se conscientize quanto à organização que a sociedade dispõe para fazer valer os direitos. Esse processo pressupõe um aprendizado político, pois a apropriação das instâncias de participação se aprende socialmente.

Como defende Cavalcanti (1993), a sociedade atual, que busca a consolidação da ordem democrática, necessita da participação de cidadãos conhecedores dos aspectos fundamentais dessa sociedade e que atuem conscientemente na busca por justiça social. Portanto, o que se procura é conhecer para agir conscientemente. Somente com a compreensão da realidade em que se vive é que o indivíduo pode adquirir uma consciência crítica, que o possibilitará atuar na busca pela transformação social.

Nessa perspectiva, como disciplina escolar, a Geografia deve estar imbuída desse objetivo de formação cidadã. Nas palavras de Vesentini (2008), a Geografia escolar existe para auxiliar na formação de cidadãos, com a função de desenvolver o conhecimento e o

posicionamento do educando sobre o mundo e frente a ele, assim como contribuir para a construção de um conhecimento crítico e fundamentado sobre o meio em que vivemos.

Embora se constitua como princípio e objetivo do nosso sistema educacional, há espaços abertos às contribuições visando a formação de cidadãos e ao estímulo da visão crítica (PASTI; SOUZA, 2012). Tal lacuna, principalmente no Ensino Médio, apresenta-se como um problema, haja vista que os estudantes dessa etapa de ensino estão iniciando a sua participação na vida política, inclusive pelos primeiros votos. Todavia, nem sempre possuem conhecimentos e consciência política necessária para essa atuação. Conforme Azevedo (2016, p. 104):

Os alunos tornam-se aptos a votar, a participar da vida política do país, do seu estado e município, sem ao menos saber e debater o sistema político brasileiro. Não façamos mea-culpa: a Geografia pode e deve ajudar na formação dos cidadãos a partir dos espaços escolares.

Diante de tais pressupostos, o presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do ensino de Geografia na formação cidadã a partir dos resultados do projeto de ensino “Nos trilhos da Democracia”, desenvolvido pelos alunos do Ensino Médio do C.E. Nelson Pereira Rebel, localizado em Campos dos Goytacazes/RJ.

Inicialmente, por meio de pesquisa bibliográfica, serão discutidas as contribuições da ciência geográfica e do seu ensino para o debate em torno da efetivação da cidadania. Posteriormente, será relatada e discutida a prática de ensino que objetivou analisar e solucionar os problemas urbanos locais por meio da participação política dos estudantes.

Território e cidadania: a geografia na formação cidadã

Apesar de muitas vezes ser tratada como algo abstrato, a cidadania se revela nas práticas cotidianas, de modo que o território aparece como uma condição essencial à sua efetivação. Fora dele, a cidadania torna-se apenas uma intenção na lei.

O território é uma extensão espacial apropriada e usada pela sociedade, constituindo-se por objetos e ações, e se apresenta como um molde para a ação presente, condicionando as ações sociais. Todavia, seu uso não se dá de maneira homogênea, levando a uma configuração desigual em termos de materialidades no interior do território (SANTOS; SILVEIRA, 2011; SILVEIRA, 2011)

Essa concepção nos possibilita entender como a cidadania se estabelece territorialmente como prática e modo de vida. Isso ocorre porque as ações cotidianas - principalmente aquelas que são referentes aos direitos sociais como saúde, educação, segurança, saneamento e moradia - são exercidas a partir do aparato institucional à disposição da sociedade no território. Isso que significa que o indivíduo apenas exerce os seus direitos quando o território, dotado de infraestruturas, oferece-lhe possibilidades para tal.

Milton Santos (2012) afirma que essas condições oferecidas ao indivíduo pelo território acabam dotando-o de um determinado valor, de modo que as distorções na disponibilidade de serviços e equipamentos determinam as desigualdades no valor de cada pessoa. Assim, aqueles que não têm à sua disposição as materialidades necessárias ao seu bem-estar se tornam cidadãos diminuídos, incompletos. Diante disso, importa que a organização e a gestão do território sejam instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, atribuindo justiça social para toda a população, independente de onde o indivíduo estiver.

As atribuições de corrigir as desigualdades e possibilitar o exercício da cidadania compreendem as competências da máquina administrativa do Estado, que segundo Castro (2011, p. 126) é:

[...] constituída de um conjunto de organizações que participam da execução de múltiplas tarefas de interesse geral que cabem ao Estado. [...] Entre as suas funções está a de prover políticas públicas, ou seja, a prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios, como: manutenção da ordem, regulamentação do trabalho, assistência social, saúde, educação, etc.

Na situação brasileira, as condições são afetadas pelas escalas decisórias e recortes territoriais que compõem a estrutura federativa do país. O poder político é dividido entre a União, os estados e os municípios, de modo que cada uma dessas esferas possui um conjunto de atribuições no âmbito da administração pública, assim como recursos capazes de assegurar o exercício dos direitos e deveres previstos constitucionalmente.

A partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), os municípios garantiram autonomia política, administrativa, financeira e tributária. Dessa forma, adquiriram significativa relevância, com atribuições que influenciam diretamente a vida do cidadão.

É a partir dessa configuração como recorte institucionalizado importante que o município adquire relevância no campo da Geografia Política. Segundo Castro (2011), a

Geografia Política busca entender a territorialidade das políticas públicas e a maneira pelas quais impactam a vida do cidadão no âmbito local. Se a cidadania se constitui a partir das práticas cotidianas que se dão no território, a grande importância do recorte municipal nesse debate está exatamente aí. É nessa escala que a vida do cidadão acontece, é no município que se encontram as demandas mais próximas de cada indivíduo. Enfim, é na escala local que se dá a oferta e o acesso a serviços que transformam os direitos em práticas sociais.

Embora o espaço rural apresente inúmeras situações que evidenciam a relação entre território e cidadania, é na cidade que isso se torna ainda mais visível. Pela implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação e coleta de lixo, a atuação do Estado se faz de modo mais corrente na produção do espaço urbano. Todavia, isso não ocorre de maneira socialmente neutra, tendendo a privilegiar os interesses das classes dominantes (CORRÊA, 1995).

O que resulta é um espaço marcado pela segregação, já que a população de maior renda tende a concentrar-se nas áreas dotadas de equipamentos e serviços, enquanto as classes menos favorecidas permanecem nas áreas periféricas carentes de infraestrutura. Essa situação contribui significativamente para a existência de uma diferenciação nas possibilidades ao exercício da cidadania na cidade, pois a população de menor poder aquisitivo permanece distante dos equipamentos e serviços que garantem o exercício dos direitos sociais.

Além de ser um recorte administrativo responsável por prover políticas sociais, o município é também um território político por excelência, onde vereadores e prefeitos são escolhidos pela população por meio do voto direto. Ademais, é no município que podem se desenvolver os fundamentos para o fortalecimento da democracia com a efetiva participação social no desenvolvimento local (CASTRO, 2005).

A Constituição (BRASIL, 1988) conferiu diversas possibilidades de participação política ao cidadão, como plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular. Além disso, abriu espaço para iniciativas como audiências públicas, orçamentos participativos, planos diretores municipais, conselhos gestores de políticas públicas e as conferências municipais.

Embora as possibilidades participativas venham aumentando, observa-se, ainda, a necessidade de maior integração da população às instituições democráticas, com destaque para as Câmaras Municipais que estão diretamente ligadas às políticas públicas que interferem cotidianamente na sociedade local. Em parte, o distanciamento da população em relação aos mecanismos participativos se deve ao descrédito da política,

mas também à falta de conhecimentos sobre a importância e o funcionamento dessas instituições e do papel dos representantes eleitos.

Para Cavalcanti (2012, p. 141), “a Escola tem um papel político-social ligado à formação de cidadãos mais críticos, mais participativos e mais conscientes de seus limites e de suas possibilidades de exercer efetivamente sua cidadania.” Entretanto, não se pode pensar que a Escola concede a cidadania aos alunos. Na verdade, ela possibilita, pelo processo educativo, a formação e o preparo do educando para a sua atuação enquanto cidadão. Questiona-se, no entanto, se a escola tem cumprido esse papel.

Os conhecimentos do campo da Geografia são de fundamental importância nesse processo. Segundo a autora supracitada, o espaço geográfico é concebido como um produto social e histórico e se constitui em ferramenta que permite analisar a realidade na sua dimensão material e na sua representação. Logo, o objetivo do ensino de Geografia deve ser o de ajudar às crianças e jovens a formarem raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço. São esses raciocínios e concepções que possibilitarão uma análise crítica e a construção de uma consciência transformadora da realidade.

Para Oliveira (2006, p. 20):

[...] precisamos compreender a sala de aula como um espaço permanente de reflexões e reivindicações dos direitos civil e político, da autonomia e da justiça social. Para tanto, se faz necessário que assumamos o compromisso de tornar a Geografia Escolar um verdadeiro caminho para a construção da cidadania, atribuindo a ela sua verdadeira identidade que não foge de uma dimensão ideológica e política.

O que se busca nesse processo é uma maior autonomia intelectual do cidadão, de modo que ele não dependa das informações que o poder - seja político, econômico, midiático ou de outro âmbito - fornece a ele. É a partir de tal autonomia, alicerçada a uma ética solidária e pluralista, que ele atuará em busca da transformação da realidade.

Para que sejam alcançados tais objetivos, deve-se discutir na sala de aula a realidade social, que é dialética. O espaço geográfico não deve ser apresentado como simples palco dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos culturais e históricos, mas como uma instância construída e reconstruída conforme os interesses das classes sociais em um determinado momento histórico. Tal concepção auxiliará o aluno a compreender o espaço enquanto construção histórica e social, na qual ele próprio está inserido e que, portanto, pode atuar como agente de transformação (MOURA; ALVES, 2002).

Nesse processo, o professor deve, fundamentalmente, levar em consideração a realidade do aluno. Como explica Callai (2018), ao estudar o seu lugar, o aluno pode compreender que faz parte daquele espaço, que pode participar das decisões na escola e nos lugares que percorre. Com isso, terá mais elementos para entender que o que acontece ali resulta de como as pessoas estabelecem as relações, inclusive com o poder político, pois os representantes da população que atuam no executivo e no legislativo estão próximos.

Nos trilhos da democracia

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), a construção da cidadania é um exercício contínuo, que demanda a participação de todos para assegurar os seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. É papel da escola proporcionar experiências e processos que tornem os jovens participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos. A área de Ciências Humanas tem como uma das suas competências que o aluno seja capaz de participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Nessa perspectiva foi desenvolvido o projeto “Nos trilhos da Democracia”¹, que mediante atividades de pesquisa e intervenção visou estimular a atuação política dos alunos da turma 2001² do Ensino Médio do C.E. Nelson Pereira Rebel, no distrito de Travessão, em Campos dos Goytacazes, RJ.

Travessão é um distrito periférico caracterizado pela segregação socioespacial e apresenta inúmeros problemas urbanos, como a violência, a ausência de saneamento básico, além da precariedade dos serviços de transporte e saúde. Diariamente, essa situação é evidenciada nas reclamações da população e dos próprios alunos. Todavia, essas queixas são feitas apenas entre eles, sem haver um direcionamento para as autoridades competentes.

Nesse contexto, o projeto teve como objetivo identificar e analisar os problemas urbanos locais, possibilitando que as demandas da comunidade chegassem ao poder público municipal mediante a participação política dos alunos. Para tanto, buscou-se

¹ Uma antiga linha de trem que passa em frente à escola serviu de inspiração para o nome do projeto.

² A turma é composta por 20 alunos.

entender a organização político-administrativa do Brasil, com foco na escala do município. Muito mais do que resolver os problemas identificados, o projeto visou contribuir para a construção de uma cultura democrática, de modo que o povo se apropriasse dos mecanismos participativos para melhorar as suas condições de vida.

Cavalcanti e Araújo (2017, p. 142) compreendem que o trabalho com a Geografia escolar nos lugares segregados é essencial, pois ela pode atuar realizando questionamentos e intervenções:

Ao contemplar em seus conteúdos temáticas como a segregação socioespacial, a Geografia escolar permite de maneira problematizadora que os alunos compreendam o espaço em que vivem e, mais ainda, possibilita perceber relações entre seu posicionamento espacial e seu lugar na sociedade frente às problemáticas em que vivem, buscando, assim, elementos para uma intervenção crítica no espaço com o qual interage.

No mesmo sentido, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) destacam que o professor deve propiciar condições para que o conhecimento seja construído em nível científico, para além do senso comum. Com base nisso, sugere-se a proposição de situações problematizadoras da realidade, a partir de temáticas capazes de mobilizar os estudantes para desencadear os processos de aprendizagem significativa e relevante.

Tomando a questão urbana local como mote, o projeto foi desenvolvido mediante uma sequência de nove etapas ao longo de um ano letivo. As atividades que serão apresentadas a seguir envolveram debates, pesquisas de gabinete, trabalhos de campo, elaboração de desenhos, gráficos, tabelas e ofícios, além da produção e da aplicação de jogos didáticos.

1ª etapa: Cine-debate

Reunidos em círculo (Figura 1), os alunos assistiram vídeos e documentários que versavam sobre a cidadania, a democracia, a organização político-administrativa do Brasil e o papel dos vereadores. A fim de explorar o debate de ideias, foram trabalhados vídeos com temáticas sociais, como o racismo, a homofobia e os movimentos sociais. A intenção foi despertar o senso crítico, possibilitando que os alunos expressassem as suas opiniões de maneira saudável, entendendo que a diversidade de pensamentos faz parte de uma sociedade democrática.



Figura 1: Alunos assistindo documentários
Fonte: Autor, 2019.

2ª etapa: Qual é a sua bandeira?

A partir dos debates realizados, cada aluno recebeu uma folha em branco para que desenhasse a “sua bandeira”. Em outras palavras, cada um deveria fazer um desenho sobre uma causa social pela qual se interessa e que gostaria de se engajar politicamente. O resultado foi muito satisfatório. Temas como o meio ambiente, o combate ao *bullying* e à homofobia foram abordados de forma bastante criativa (Figura 2). Os alunos entenderam que a liberdade de expressão é um princípio democrático.

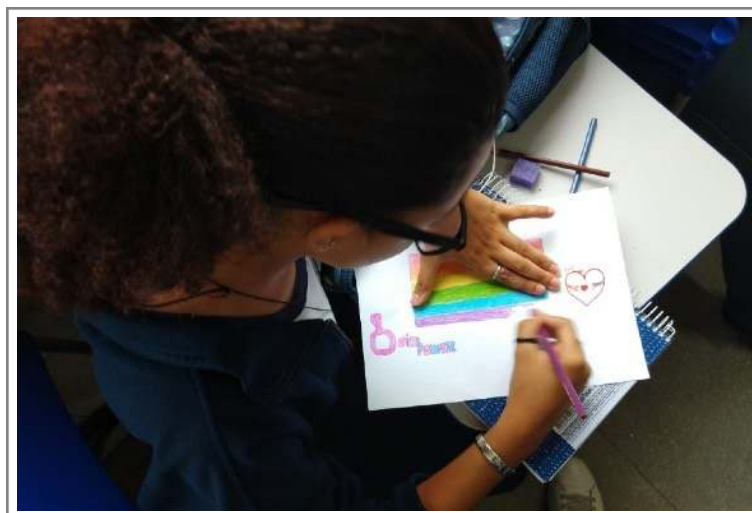


Figura 2: Aluna desenhando sua bandeira
Fonte: Autor, 2019.

3ª etapa: Leis x Realidade

Com o intuito de refletir sobre a efetivação da cidadania, foi proposta uma atividade envolvendo a Constituição Federal (BRASIL, 1988). Reunidos em grupos, no laboratório de informática da escola os alunos deveriam escolher um artigo da Carta Magna referente a algum direito constitucional. Posteriormente, deveriam pesquisar na internet notícias que retratavam a efetivação ou a negação daquele direito (Figura 3).

Desse modo, buscou-se questionar aos alunos como aquilo que eles estavam lendo na Constituição era percebido no cotidiano. Os discentes destacaram temas como o direito ao transporte de qualidade, analisando a situação do transporte público no município e relataram as dificuldades no transporte para os próprios estudantes. Sobre o direito à Educação, trouxeram notícias sobre a ausência de vagas em escolas municipais.



Figura 3: Alunos pesquisando na internet
Fonte: Autor, 2019.

A partir dos exemplos dados pelos discentes foi possível ressaltar a importância do território na concretização da cidadania, compreendendo que para haver a efetivação dos direitos sociais se torna necessária a existência de serviços e equipamentos próximos à população. Os alunos entenderam, ainda, que a luta pela cidadania não termina na confecção da lei, mas na constante busca pela sua efetivação.

Conforme assevera Machado (2011), o papel do ensino de Geografia não é simplesmente mostrar os artigos da lei que garantem a cidadania. Sua função é analisar e investigar o espaço geográfico a partir da estrutura normativa, oferecendo, assim, os

instrumentos para que o estudante possa refletir criticamente sobre a sua realidade e sobre o mundo.

4ª etapa: Projetos de pesquisa: democracia em pauta

Nessa etapa os alunos se dividiram em grupos para a realização de projetos de pesquisa. A atividade envolveu consultas na internet, além da elaboração e aplicação de questionários na comunidade sobre o referido tema. Todavia, não se tratou de uma pesquisa por si só. Entendemos a pesquisa na escola como a possibilidade de busca e produção do conhecimento. Esse seria um conhecimento que não se esgota em si mesmo, mas que possibilita o desenvolvimento cognitivo que permita ao aluno ler o mundo e trabalhar nele com as condições necessárias para viver com dignidade (CALLAI, 2020).

Assim, foram apresentados para a turma quatro temas ligados à Democracia: eleição e representação política, movimentos sociais, participação política e organização político-administrativa do Brasil. Concordamos com Azevedo (2016) sobre a importância de trazer o Estado e as suas instituições como temas para a Geografia, principalmente na sala de aula, de modo que, por uma perspectiva espacial, o estudante consiga discutir o sistema político-social no qual vive.

Os alunos elaboraram os objetivos, justificativas, pesquisaram na internet e prepararam questionários do tipo enquete de opinião para aplicarem na comunidade. O intuito dos questionários era aferir o nível de conhecimento da população local sobre os temas debatidos. Muito mais do que apenas aplicar questionários, essa atividade serviu para que os discentes conhecessem mais sobre o lugar onde vivem e trocassem conhecimentos com a comunidade (Figura 4).



Figura 4: Alunos conversando com moradores
Fonte: Autor, 2019.

Após as aulas de campo, os estudantes tabularam os dados, elaboraram gráficos com os resultados e produziram um relatório, que foi apresentado e debatido com outros membros da comunidade escolar.

Identificou-se que 80% dos entrevistados não souberam responder quantos vereadores compõem a Câmara Municipal do município de Campos dos Goytacazes. Quando pedimos para citarem o nome de 5 vereadores do município, 50% das pessoas não souberam responder. Sobre o voto para vereador na última eleição, 45% dos perguntados responderam que não se lembravam. Quando perguntados se participaram de alguma sessão na Câmara, 90% responderam que não. Destaca-se, ainda, que muitos disseram não saber que qualquer cidadão pode ir à Câmara. Enfim, percebeu-se um grande distanciamento da população em relação à política e às instituições, evidenciando a necessidade de mudanças nesse comportamento.

5ª etapa: Ouvindo as demandas da comunidade

O objetivo dessa etapa foi saber como a população local avaliava os serviços públicos de saúde, educação, transporte, segurança, saneamento, calçamento, iluminação e lazer. Além disso, buscou-se identificar as demandas da comunidade para melhorar as suas próprias condições de vida.

Mais uma vez, com formulários em mãos, os alunos foram a campo ouvir os moradores, que ficaram bastante satisfeitos pela oportunidade de expressarem as suas

indignações em relação à precariedade das políticas públicas e indicarem quais medidas poderiam ser tomadas pelo poder público para resolver aqueles problemas (Figura 5).



Figura 5: Aluna entrevistando moradora
Fonte: Autor, 2019.

Os alunos tabularam os dados e elaboraram relatórios com gráficos e tabelas. Ressalta-se a predominância da avaliação negativa para os serviços públicos locais, com destaque para as políticas de transporte e saúde. Algumas das principais demandas giravam em torno do aumento do número de médicos, insumos e medicamentos no posto de saúde, assim como pavimentar e iluminar ruas, além de prover mais ônibus para a linha entre o distrito e o centro da cidade. Com a atividade os discentes puderam conhecer e analisar questões específicas do seu território a partir da fala dos próprios moradores.

Isso vai ao encontro do que afirmam Souza e Chiapetti (2012), segundo os quais o trabalho de campo proporciona a compreensão da realidade vivida pelos alunos e a apreensão de espaços geográficos externos ao seu cotidiano. Assim, os estudantes ampliam as fontes de conhecimentos que os levam à reflexão e à tomada de consciência sobre a organização do seu espaço geográfico. Além disso, podem perceber-se como agentes construtores do próprio conhecimento.

6ª etapa: Café com Política

Com os dados em mãos, a proposta era buscar soluções para aqueles problemas mediante a participação política. Para tanto, convidamos uma vereadora para o evento “Café com Política”, no qual os alunos apresentariam os resultados da pesquisa. Uma discente ficou responsável pela mediação do debate, outras duas apresentaram os resultados da pesquisa, um aluno ficou responsável pela parte técnica e outro pelos registros fotográficos. Os demais se dividiram para a organização do *Coffee Break*.

Com a presença da diretora e de outros estudantes da escola, inicialmente foi realizada uma roda de conversa com a vereadora, que foi questionada sobre o papel dos vereadores, a relação com o executivo e com a população, além das demandas que ela recebe diariamente (Figura 6). Essa foi a primeira vez que a maioria dos alunos teve contato com alguém que ocupa um cargo político no município. Apesar disso, eles se mostraram bastante à vontade, fazendo perguntas e comentários pertinentes à situação.



Figura 6: Alunos durante o evento “Café com Política”
Fonte: Autor, 2019.

Após essa conversa, foram apresentados os resultados das pesquisas feitas com os moradores. A vereadora ouviu com atenção e teceu comentários. Por fim, foi entregue a ela um ofício contendo as solicitações de melhorias sugeridas pelos cidadãos a fim de que fossem encaminhadas às autoridades competentes do Poder Executivo.

7ª etapa: Visita à Câmara

Como adverte Almeida (2014), muito mais do que reconhecer o potencial formativo da Escola, é necessário efetivar e dar um valor social a tal potencial por meio de ações e atividades voltadas a uma maior participação na vida política da cidade. Em especial, é necessário que sejam geradas parcerias entre a instituição escolar e os representantes do Estado.

Passadas algumas semanas do evento, a vereadora apresentou no plenário da Casa Legislativa Municipal as inúmeras solicitações de melhorias para os serviços públicos locais. Além disso, demandas foram encaminhadas ao secretário Municipal de Saúde em uma Audiência Pública.

Posteriormente, os alunos estiveram presentes em sessão ordinária na Câmara, sendo concedida a eles uma Moção de Aplausos pela relevância do projeto. Para os estudantes, esse foi um momento de grande importância. Além de ser a primeira vez que foram à Casa, puderam conhecer os vereadores, assistiram uma sessão e se reconheceram como cidadãos participativos na melhoria do seu lugar de vida. Entre os resultados alcançados, a vereadora recebeu respostas da Secretaria de Saúde, que se prontificava a averiguar a situação apresentada e procurar soluções.

8ª etapa: Compartilhando conhecimentos

A proposta da última atividade do projeto era avaliar os conhecimentos construídos pelos alunos, ao mesmo tempo em que servisse como produto multiplicador de uma cultura de participação democrática na comunidade. Para tanto, foi proposta a elaboração de um jogo de tabuleiro, tendo como princípio todo o percurso percorrido no projeto. Considerou-se que esse modelo de jogo representaria muito bem as ideias do projeto que tem como título “Nos trilhos da Democracia”. Assim como os alunos fizeram ao longo do ano, no jogo os participantes também percorreriam uma trilha que os levariam à condição de cidadãos mais conscientes e participativos.

A proposta era a seguinte: os alunos deveriam criar frases que seriam colocadas nas casas do tabuleiro. Metade das frases deveria ser de exemplos positivos de atuação democrática e a outra metade seria de exemplos antidemocráticos. Na dinâmica, cada vez que o jogador parasse em uma casa com exemplo negativo teria que voltar algumas casas no tabuleiro. Já quando parasse em uma casa com exemplo positivo, seria beneficiado, podendo avançar para mais próximo do final.

Os alunos ficaram bastante empolgados com a proposta. Criaram as frases com muita facilidade, demonstrando que realmente adquiriram conhecimentos e valores democráticos e de coletividade. Após a elaboração, o material foi encaminhado para a gráfica, para que pudesse ser reproduzido. O recurso didático foi aplicado e distribuído para cerca de 200 pessoas em um evento aberto realizado na escola. Na ocasião, mais do que alunos, eles se tornaram multiplicadores dos princípios democráticos (Figura 7).



Figura 7: Alunas aplicando o jogo de tabuleiro
Fonte: Autor, 2019.

Como mostra Friedman (1996), a utilização dos jogos lúdicos como prática pedagógica proporciona maior proximidade do aluno com o conteúdo, permitindo ao educando vivenciar situações-problemas, assim como levá-lo à sociabilidade e ao estímulo de sua criatividade. Além disso, os jogos permitem uma situação educativa cooperativa e interacional, estimulando a convivência em grupo. Tais atitudes são essenciais ao desenvolvimento da noção de cidadania.

9ª etapa: Avaliação

Apesar de terem atingido os objetivos propostos a cada etapa, ao final das atividades foi realizada uma avaliação do projeto. Eles responderam à pergunta: “Você acha que o projeto contribuiu para a sua formação cidadã? Por quê?”

Um dos aspectos destacados por eles foi o aprendizado sobre o território onde vivem. Os discentes afirmaram que as atividades possibilitaram conhecer mais sobre o território, com destaque para os problemas ali existentes:

Sim. Aprendi muita coisa que não sabia antes e conheci mais do bairro e cidade onde eu moro. (Maria)³

Sim. Pois nos alertou sobre os problemas em nossa comunidade. (Beth)

Sim. Porque ajudou a saber os problemas que eu não tinha conhecimento. (Laura)

Porque me ajudou a ter mais conhecimentos sobre minha comunidade. (Alice)

Como afirma Oliveira (2006), as contradições e tensões existentes na sociedade estão próximas de cada um de nós e, portanto, devem ser conhecidas e analisadas no processo educativo. Dessa forma, o aluno se percebe como sujeito envolvido nessas relações, colocando-se como participante das decisões às quais a problemática social o envolve.

Os alunos também destacaram as aprendizagens sobre os direitos do cidadão, o funcionamento da política e das instituições, além da importância da participação democrática na luta por melhorias do seu lugar de vivência:

Sim. Pois aprendi mais sobre nossos direitos. (Helena)

Sim. Pois aprendi muitas coisas que não sabia em relação à política e até mesmo sobre minha comunidade. (Luiza)

Sim. Pois questões políticas e sociais foram levantadas, investigadas e respondidas. (Isabela)

Sim. Aprendi muitas coisas que eu não sabia. Como saber que as pessoas podem ir a Câmara. (Ana)

Sim. Pois aprendi que devemos procurar se envolver na política. (Cecilia)

Sim. Aprendi que devemos lutar pelos nossos direitos e melhorias do nosso bairro. (Clarice)

Isso vai ao encontro do que afirma Machado (2011), que ressalta que se o aluno deseja mudar o quadro de desigualdade posta, é necessário que ele conheça os seus direitos e os instrumentos democráticos previstos na estrutura normativa. Ao fazer isso, a Geografia contribui para a inserção do estudante nas práticas democráticas e de transformação social, dando a ele o papel ativo que tanto reclama.

Considerações finais

A construção da cidadania é um exercício contínuo, que demanda o aprendizado e a participação de todos. No entanto, isso nem sempre é estimulado, de modo que muitas crianças e jovens crescem com aversão à política. Essa é, muitas das vezes, colocada como algo distante e sem conexão com a realidade dos estudantes.

A prática pedagógica e a discussão aqui apresentadas evidenciam o potencial da Escola como espaço de formação cidadã e a importância da Geografia Escolar nesse

³ Os nomes apresentados são fictícios.

processo. Mediante conhecimentos da Geografia a turma investigou, analisou criticamente e criou soluções para problemas reais do território onde vivem.

Destaca-se a centralidade do componente territorial nesse processo, não como uma ilustração do conteúdo, mas como um princípio para o desenvolvimento de práticas de educação para a democracia. Muito mais do que aprender sobre direitos e deveres, ou ainda sobre o funcionamento do sistema democrático e da organização político-administrativa do Brasil, é essencial que os alunos protagonizem ações de investigação e intervenção no território, compreendendo que a participação é a base de uma democracia efetiva.

Diante dessas constatações, consideramos a necessidade de se adotar no ensino de Geografia no Ensino Médio conteúdos mais condizentes ao tema da cidadania, no seu sentido prático e ativo. A Geografia deve se apresentar como uma ferramenta que auxiliará o jovem educando no entendimento da sua realidade e na busca por mudanças, podendo atuar politicamente na construção de uma sociedade mais justa social e territorialmente.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, R. R. **Planejamento e gestão urbanos e a participação popular**: as possibilidades de contribuição da escola e da educação geográfica. Orientadora: Lana de Souza Cavalcanti. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás - UFG/Goiânia – GO, 2014.
- AZEVEDO, D. A. Resgatando e expandindo a Geografia Política no Ensino Médio. **GIRAMUNDO** - Revista de Geografia do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, v. 3, p. 99-105, jul./dez. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- CALLAI, H. C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, v. 70, p. 9-30, set. 2018.
- CALLAI, H. C. Na Geografia, a paisagem, o estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXVI, p. 59-68, jan./dez. 2020.
- CASTRO, I. E. . Instituições e cidadania no território nordestino. **MERCATOR - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 3, p. 45-52, jan./jun. 2003.
- CASTRO, I. E. Territorialidade e institucionalidade das desigualdades sociais no Brasil. Potenciais de ruptura e de conservação da escala local. **Geosp**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 35-51, out. 2005.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política**: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CAVALCANTI, L. S. Elementos de uma proposta de ensino de Geografia no contexto da sociedade atual. **Boletim Goiano de Geografia**. Local, v. 13, n. 1, p. 65-82, jan./dez. 1993.

Jordão, D.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade:** Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CAVALCANTI, L. de S.; ARAUJO, M. V. P. Segregação Socioespacial no Ensino de Geografia: um conceito em foco. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 02, p. 3-350-159, dez. 2017.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar, crescer e aprender:** o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

MACHADO. G. B. **Educação e cidadania** - o espaço e o homem. O papel do ensino de geografia na formação de cidadãos críticos. Possibilidades de ampliação de horizontes no ensino de geografia - concepção normativa do espaço e conhecimento dos processos psicológicos do homem. 2011. Orientador: Gilberto Alves de Oliveira Junior. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, UnB, Brasília, 2011.

MOURA, J. D. P.; ALVES, J. Pressupostos Teórico-Metodológicos sobre o Ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 11, p. 309-319, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, M. M. A geografia escolar: reflexões sobre o processo didático-pedagógico do ensino. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Santa Catarina, v. 2, p. 10-24, jun. 2006.

PASTI, A.; SOUZA, E. L. de. Formação política, representações sociais e Geografia: uma proposta para o Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 99-114, jan./jun., 2012.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 12. edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, pp.151-163, 2011.

SOUZA, S. O.; CHIAPETTI, R. J. N. O Trabalho de Campo como estratégia ao ensino de Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 3, p. 3-22, jan./jun. 2012.

VESENTINI, J. W. **Por uma Geografia Crítica na Escola.** Editora do Autor. São Paulo, 2008.

Recebido em 06 de janeiro de 2021.

Aceito para publicação em 29 de outubro de 2021.

